**PERSONALIDADE JURÍDICA DA IGREJA — RECURSO
“EX-OFFICIO” NOS EXECUTIVOS FISCAIS**

— Se a igreja se equipara a qualquer sociedade civil, no estado leigo, deve-se-lhe reconhecer a personalidade atribuída a essas sociedades.

— Nos executivos fiscais, cabe recurso ex-officio quando a causa fôr decidida contra a Fazenda, mesmo em se tratando de dívida inferior a dois mil cruzeiros.

— Inteligência dos arts. 53 e 74 do Decreto-lei n.º 960, de 1938.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Fazenda Nacional *versus* Alexandre Gonçalves Amaral

Agravo n.º 11.878 — Relator: Sr. Ministro

OROZIMBO NONATO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo n.º 11.878, de Minas Gerais, recorrente, *ex-officio*, o Juiz de Direito da comarca de Uberaba e agravado D. Alexandre Gonçalves Amaral.

Acorda o Supremo Tribunal Federal, Segunda Turma, integrando neste o relatório de fls. e as notas taquigráficas precedentes, negar provimento ao recurso, para julgar a autora, Fazenda Federal, carecedora da ação contra o agravado, pagas as custas na forma da lei.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1944 (data do julgamento). — José Linhares, Presidente. — Orozimbo Nonato, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro Orozimbo Nonato — Contra o Exmo. e Revmo. Sr. D. Alexandre Gonçalves do Amaral, Bispo de Uberaba, propôs a União executiva fiscal para cobrança da multa de Cr\$ 200,00, por infração do art. 196 do Decreto-lei n.º 1.187, de 4 de abril de 1939.

S. Ex. Revma. depositou a quantia necessária e apresentou os seguintes embargos:

“Por embargos à presente ação executiva, diz S. Ex. Revma. o Sr. D. Alexandre Gonçalves Amaral, por seu procurador, abaixo assinado, contra a União Federal, por esta e na melhor forma de direito, o seguinte:

I. A União Federal, por intermédio do Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Uberaba, propôs contra o embargante a presente ação executiva para cobrança da multa de Cr\$ 200,00, que lhe foi imposta pela Junta de Revisão e Sorteio da Quarta Região Militar, por infração do art. 196 do Decreto-lei n.º 1.187, de 4 de abril de 1939.

II. Entretanto, a ação é improcedente, porque injusta e ilegal foi a multa imposta ao embargante, como adiante se demonstra.

III. O art. 196 do Decreto-lei n.º 1.187, de 4 de abril de 1939, dispõe:

“Os chefes, diretores, gerentes, administradores de sociedades civis ou comerciais, associações, estabelecimentos mercantis ou não, institutos, cbletividades de qualquer natureza e *ministros de qualquer religião*, que não devolverem, no prazo regulamentar, as listas recebidas de qualquer autoridade para fins do serviço militar, ou as devolverem sem a correspondente informação, com omissão de qualquer nome ou com informações falsas, pagarão a multa de 200\$0 a 2.000\$0”.

IV. Ora, não houve da parte do embargante nenhuma recusa ao cumprimento dêsse dever legal. O que se passou foi o seguinte: quando o embargante se encontrava em Ibiá, em 1943, em visita pastoral, o Revmo. Frei Clemente de Maletto, vigário dessa paróquia, comunicou-lhe ter recebido uma recomendação intimativa do Sr. Representante da Junta de Revisão e Sorteio, no sentido de devolver, preenchidas, as listas de nascimentos de 1923, bem como para exibir ou fornecer os livros de registro da paróquia.

Esse gesto do Sr. Representante de J. R. S. era por si só irregular e, muito mais, devido ao modo descortês que o caracterizou. A requisição de informações, exibição ou empréstimo de livros eclesiásticos são expressamente vedadas aos vigários e reservados exclusivamente aos Srs. Bispos, por disposições expressas do Direito canônico.

V. Portanto, qualquer solicitação nesse sentido devia ser dirigida ao Bispo da Diocese, que jamais recusou a sua cooperação à autoridade civil e, ao contrário, tem timbrado em prestigiá-la por todos os modos e em tôdas as oportunidades que se apresentam, tendo mesmo em seu poder vários documentos das altas autoridades do País, agradecendo essa frequente cooperação. Daí a razão pela qual recomendou ao Revmo. Vigário de Ibiá que comunicasse ao Sr. Representante da Junta de Revisão que a autoridade diocesana chamara a si a solução do caso, a fim de que a ela fôsse dirigida a solicitação em apêço. Em vista disso, o Sr. Capitão Aristóteles Maximiliano Estanislau dirigiu-se ao embargante, em ofício de 18-10-43, declarando-o desde logo “responsável pelo fato de estar o vigário de Ibiá incurso no art. 196 do Decreto n.º 1.187, de 4 de abril de 1939”!

VI. Diante de tão insólita atitude, o embargante escreveu ao Excelentíssima Sr. General Eurico Gaspar Dutra, D.D. Ministro da Guerra, o ofício de 26 de outubro de 1943, expondo detalhadamente o caso e pedindo que S. Excia. fôsse o juiz da questão. Em seguida, o embargante dirigiu-se também ao Sr. Capitão Aristóteles Maximiliano Estanislau, em ofício de 27 de outubro de 1943, respondendo o seu ofício e enviando a cópia do que dirigiu ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Guerra.

A única resposta que obteve dêsses ofícios e de um segundo que dirigiu ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, foi a notificação da multa de Cr\$ 200,00, imposta ao embargante e agora em fase de execução.

VII. Para melhor corroborar a exposição feita, o embargante junta as cópias de tôda a correspondência a que se referem os itens anteriores.

VIII. Ninguém ignora que a Igreja tem a sua personalidade jurídica perante o direito internacional público (o que é incontestavelmente demonstrado por uma série de razões e fatos, entre os quais avulta o de manter perante o nosso Governo, como perante todos os governos dos países cultos, um representante diplomático e receber do mesmo modo os embaixadores dêsses países) e tem ao mesmo tempo a sua personalidade jurídica perante o direito privado de cada país, reconhecida através dos numerosos sub-organismos em que se

divide, para poder realizar a sua finalidade: as dioceses, as paróquias, as congregações, as capelas, as irmandades, etc.

IX. Sempre que os nossos tribunais têm sido convocados a decidir sobre o assunto, têm reiteradamente reconhecido à Igreja esse caráter de “personalidade organizada”, sob a suprema direção do sumo pontífice e subordinada diretamente, em cada diocese, ao bispo do lugar.

X. Entre essas decisões, merece especial destaque a que vem subscrita por uma espécie de constelação de Juizes de primeira grandeza, pela cultura e integridade unanimemente reconhecidas em Minas e no Brasil — desembargadores Edmundo Lins, Rafael Magalhães, Tito Fulgêncio, Rodrigues Campos e Alexandre Drumond, acórdão de que se destaca a seguinte passagem:

“A Igreja Católica, sociedade organizada e como tal reconhecida desde séculos pelo poder civil, como tendo por chefe supremo o Sumo Pontífice, é administrada nas Dioceses pelos respectivos prelados”. (*Revista Forense*, vol. XXII, pág. 308).

Consoante com essa decisão, poderemos citar ainda os que se vêem na *Revista Forense*, vol. XII, 326 (do E. Tribunal de Minas); *Revista Forense*, vol. LXXXIV, pág. 364 (do E. Tribunal do Rio de Janeiro); e os acórdãos do E. Supremo Tribunal Federal, publicados na *Revista de Direito*, volumes XVII, 116 e LII, 93, e *Revista Forense*, LXXXIX, 721, e *Direito*, LXXIII, 173.

XI. Ora, como se sabe, a condição *sine qua* à existência de toda pessoa jurídica é a sua *lei orgânica*, chame-se esta constituição, regulamento, estatuto ou código, porque é esta lei fundamental que dá a tais entidades jurídicas a possibilidade de agir como organismo social, designando os elementos que a dirigem e a representam em suas relações com terceiros.

XII. A Igreja, como pessoa jurídica, tem a sua lei orgânica, que é o código de direito canônico, conhecido universalmente e reconhecido pelo poder civil, como consequência mesma do reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja. O caráter *leigo* que o regime republicano imprimiu ao Estado Brasileiro, não tira ao código de direito canônico o efeito de lei orgânica ou estatuto da Igreja Católica e de lei obrigatória para todos os fiéis que pertencem à grande comunidade que ela constitui, embora não tenha o caráter de lei geral, provida de sanção do poder civil. Estas mesmas verdades estão consignadas em recente acórdão do egrégio Supremo Tribunal Federal, através de brilhante voto proferido pelo Ministro Carvalho Mourão, nestes termos:

“Tenho sempre sustentado, como advogado e depois como juiz, de acórdão com o que também este Tribunal tem decidido (lembra-me um brilhante acórdão do Ministro Pedro Lessa), no caso não se pode deixar de reconhecer no direito canônico, não o valor de norma geral obrigatória, não o caráter de lei, mas o de estatuto das associações religiosas e das fundações. A norma de direito canônico, depois da separação da Igreja do Estado, perdeu o caráter de norma legal, mas tem o de norma estatutária e, por conseguinte, ao regular a capacidade dos administradores, as relações dos associados entre si e com terceiros, nas associações religiosas ou fundações, não podemos deixar de aplicar como *norma estatutária o direito canônico*. Do contrário essas associações ficariam em estado caótico e anárquico” (voto do Ministro Carvalho Mourão, citado no acórdão do egrégio Supremo Tribunal Federal, que vem publicado na *Revista Forense*, vol. LXXXIX, pág. 701).

XIII. Se assim é com relação às associações e fundações religiosas, simples criações da Igreja, subordinadas à autoridade diocesana, *a fortiori* deve

ser reconhecida a vigência do direito canônico quando se trata de relações de terceiros com o Bispo, que é a suprema autoridade, na hierarquia eclesiástica da diocese, como representante desta última personalidade jurídica, também expressamente reconhecida pelo nosso direito, como demonstramos com apoio em diversos julgados dos nossos tribunais, no item X destes embargos.

XIV. Ora, o cânone 335, § 1.º, do citado código estabelece "*Jus ipsius (episcopis) et officium est gubernandi diocesim tum spiritualibus, tum in temporalibus cum potestate legislativa, judiciaria, coactiva ad norma sacrorum canonum exercenda*".

XV. Sendo a Igreja um organismo, reconhecido na vida civil do País como de todos os povos cultos, tem a sua lei orgânica e o seu poder legislativo exercido pelos membros designados pelo mesmo código de direito canônico — os bispos, que, reunidos em concílio, promulgaram outra norma de caráter geral, especialmente sobre a guarda e conservação dos livros paroquiais e quaisquer outros documentos pertencentes ao arquivo das paróquias, nestes termos:

"É expressamente proibido aos párocos confiar os livros paroquiais e quaisquer outros documentos pertencentes ao arquivo, a quem quer que seja, sem licença nossa por escrito."

XVI. Convém não esquecer que os livros de registro de batismos são de propriedade exclusiva da Igreja, escriturados pelos seus representantes para anotar a realização de um sacramento instituído pelo seu fundador e só a ela outorgado. É justo que o poder público, ao servir-se desses livros para os fins de alistamento militar, observe de modo especial o estatuto da Igreja, ao requisitar as informações contidas em tais livros e dirija a solicitação à autoridade eclesiástica que tem os poderes para guardar e exhibir esses documentos. A Igreja jamais recusou a sua cooperação ao poder público, mas tem o direito de exigir que este, ao se prevalecer dos seus serviços, respeite a hierarquia eclesiástica, que é uma das condições de vida da Igreja.

XVII. Do exposto se conclui que não houve da parte do embargante nenhum propósito de desobedecer à lei civil e sim de cumprir os seus deveres de Bispo, entre os quais está o de zelar pelo respeito à hierarquia eclesiástica e às prerrogativas do seu cargo, outorgadas pelas leis constitucionais da Igreja.

Pelo que deve a ação ser julgada improcedente e condenada a exequente nas custas, bem como cancelada a multa imposta ao embargante, como é de inteira justiça!"

A União impugnou e, desenvolvido o pleito, proferiu o Juiz Dr. Sebastião de Sousa a sentença do teor seguinte:

"Vistos, etc. A Fazenda Pública Federal, por seu representante legal, propôs esta ação executiva contra o Exmo. e Revmo. Sr. D. Alexandre Gonçalves do Amaral para o fim de cobrar a quantia de Cr\$ 200,00, proveniente de multa, de acordo com a certidão que instrui a inicial.

Feita a citação, recaiu a penhora em dinheiro.

Contestou o executado a ação e alega que é injusta e ilegal a multa. Essa foi imposta com fundamento no art. 186 do Decreto n.º 1.187, de 4 de abril de 1939, e não houve nenhuma recusa de sua parte em cumprir o dispositivo legal citado. Em 1943, achando-se em visita pastoral na cidade de Ibiá, o respectivo vigário comunicou-lhe ter recebido do representante da Junta de Revisão e Sorteio uma recomendação intimativa no sentido de serem devolvidas, preenchidas, as listas dos nascimentos de 1924, assim como para exhibir ou fornecer os livros de registros da Paróquia. Somente os Bispos podem autorizar informações, exibição ou empréstimo dos livros eclesiásticos e a eles devem ser dirigidos quaisquer pedidos nesse sentido. Por isso recomendou ao vigário que comunicasse ao representante da Junta de Revisão que a autoridade dio-

cesana chamava a si a solução do caso, a fim de que a ela fôsse dirigido o pedido em questão.

O Capitão Aristóteles Maximiano Estanislau dirigiu-se ao embargante declarando-o logo "responsável pelo fato de estar o vigário de Ibiá incurso no art. 196 do Decreto n.º 1.187, de 4 de abril de 1939". Dirigiu-se então o embargante ao Exmo. General Ministro da Guerra. Enviou cópia do ofício dirigido ao Ministro da Guerra, ao Capitão Aristóteles e, como resposta, recebeu notificação da multa que lhe foi imposta.

A Igreja tem personalidade jurídica, como têm reconhecido os Tribunais e, por isso, tem sua lei orgânica, que é o direito canônico, que deve ser reconhecido quando se trata de relação de terceiros com o Bispo, que é a autoridade superior na hierarquia eclesiástica da diocese. Os Bispos, reunidos em concílio, promulgaram uma norma de caráter geral, segundo a qual é proibido aos párocos confiar os livros paroquiais e quaisquer outros documentos pertencentes ao arquivo sem licença escrita do Bispo.

A Fazenda Federal impugnou os embargos e alega que a multa está de acôrdo com o art. 196 do Decreto n.º 1.187, de 1 de abril de 1939. A Junta de Revisão multou o executado depois de esgotado o prazo de 10 dias, que lhe foi dado. O executado chamou a si a solução do caso e foi em virtude disso que a autoridade militar lhe dirigiu o ofício de 18 de outubro de 1943, declarando-o responsável pelo fato de estar o vigário de Ibiá incurso no art. 196 do decreto já citado. O executado quer emprestar caráter de defesa aos ofícios que dirigiu ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, mas essa defesa devia ser apresentada à Junta. A autoridade militar não tinha que se dirigir ao Bispo, mas ao vigário, como fez. O direito canônico não é reconhecido como lei, mas como estatuto.

Mediante requisição dêste Juízo foram enviadas cópias das peças do processo referente à multa cobrada.

Na audiência de instrução e julgamento, o representante da Fazenda reportou-se às suas alegações anteriores e o executado alegou que a multa é ilegal porque, pela pastoral dos Bispos, é vedado aos párocos confiar os livros paroquiais ou quaisquer documentos a outrem sem ordem do Bispo.

A questão está em saber se a Junta deve reconhecer a hierarquia da Igreja, que estabelece a obediência dos vigários aos Bispos. Se reconhece, foi legítimo o ato do vigário. Se não reconhece, foi ilegítimo o ato do vigário, recusando os livros e passível de multa. Não é possível o Bispo responder por essa falta. Se houve falta, deve por ela responder quem a cometeu. A própria Junta reconhece que, se falta houve, foi do vigário, mas considera responsável o Bispo em face da ordem dada, de caráter geral.

Se a Junta tivesse se dirigido ao embargante, fazendo um pedido específico e êle se tivesse recusado, teria razão essa Junta. No caso a Junta se dirigiu ao embargante somente pedindo esclarecimentos pelo ato do vigário e o embargante deu os esclarecimentos pedidos. Diante do exposto, conclui que foi legítimo o ato do vigário, recusando a fornecer assentamentos de batismo sem ordem do Bispo. Se legítimo êsse ato e a Junta considerou o vigário incurso na multa, não pode a pena ser aplicada ao embargante.

Em verdade, torrencial jurisprudência tem reconhecido a personalidade jurídica da Igreja e autores insuspeitos, como PEDRO LESSA, têm corroborado essa jurisprudência. (FRANCISCO SÁ FILHO. *A personalidade jurídica das Dioceses*, in *Revista de Direito*, vol. 143, pág. 210; DUARTE DE AZEVEDO, *Controvérsias Jurídicas*, pág. 33).

No direito internacional, essa personificação da Igreja é tradicional e se revela por atos inequívocos. (LAFAYETTE, *Direito Internacional*, vol. I, § 40).

Se a Igreja tem personalidade, não pode deixar de ter sua lei orgânica, como têm as sociedades civis e comerciais. As normas contidas nessa lei orgânica têm força obrigatória nas relações com os associados ou fiéis, como nas relações com terceiros, desde que não enfrentem normas constitucionais ou legais.

A hierarquia da Igreja é uma necessidade orgânica, como o é em toda comunidade disciplinada e ativa.

Se a Igreja se equipara a qualquer sociedade civil no Estado leigo, deve-se-lhe reconhecer os mesmos direitos contidos a essas sociedades.

Ora, o texto claro do art. 196 do Decreto n.º 1.187, de 4 de abril de 1939, está indicando que o legislador quis respeitar a organização das sociedades civis e comerciais, porquanto se refere a *chefes, diretores, gerentes, administradores* dessas sociedades. Não responsabiliza os subalternos, mas os chefes. Logo, a estes é que os pedidos devem ser dirigidos.

Referindo-se a *ministros de qualquer religião*, não podia o legislador ter outro propósito senão o de se referir aos ministros que forem competentes para fornecer as listas de que trata o artigo, pois, se reconhece a hierarquia das sociedades civis, não poderia deixar de reconhecer, sem injustiça, a hierarquia da Igreja.

O Bispo é um ministro da Igreja católica. Na hierarquia da Igreja é o chefe e o diretor, *iuxta in spiritualibus, tum in temporalibus*.

Assim como as listas para o sorteio são pedidas aos chefes das sociedades civis, é justo que sejam pedida aos Bispos, se os estatutos da Igreja somente aos Bispos dão competência para fornecê-las.

Nada nos parece mais claro, mais justo e mais jurídico.

Alega o embargante uma norma emanada do Concílio de Bispos e referente à guarda e conservação dos livros paroquiais. Essa norma foi transcrita na contestação e do seu contexto se verifica, *data venia*, que ela não se aplica ao conteúdo dos livros e documentos do arquivo paroquial, mas somente a esses livros e documentos. Do contrário não poderiam os párocos fornecer certidões de batismos e casamentos, sem licença escrita do Bispo.

Para o serviço militar são remetidas listas, cujos claros devem ser preenchidos com as informações necessárias ao serviço. Essas informações o texto citado pelo embargante não proíbe. O que ele proíbe é *confiar os livros paroquiais e quaisquer outros documentos pertencentes ao arquivo*.

Para prestar as informações necessárias ao serviço militar não precisava o vigário confiar livros ou documentos do arquivo a quem quer que fôsse.

Assim sendo, era dever do vigário de Ibiá devolver as listas, devidamente preenchidas, sob pena de multa, de acordo com o art. 196 do decreto citado.

A multa, porém, é pessoal, como argumenta a defesa na audiência de instrução e julgamento. Recai sobre aquele que comete a falta. Ninguém se pode colocar no lugar do faltoso para sofrer a pena.

Do processo junto por cópia verifica-se que nenhuma lista foi remetida ao Exmo. Sr. Bispo D. Alexandre Gonçalves do Amaral e dos próprios termos das peças do processo consta que o vigário de Ibiá foi quem incorreu na pena do art. 196 do Decreto n.º 1.187, de 4 de abril de 1939.

Do termo da multa, a fls. 36, consta que a pena imposta ao embargante se funda no fato de ter ele assumido a responsabilidade da falta em que incorreu o vigário de Ibiá.

A multa prevista no dispositivo legal invocado recai sobre aquele que não devolve no prazo ou devolve sem informações as listas que receberem e não sobre um terceiro que queira se colocar no lugar do infrator.

Não tendo o embargante recebido listas para devolver em certo prazo, não pode estar sujeito a multa alguma.

Por êsses fundamentos, julgo improcedente a ação.”

E recorreu de seu ofício, por entender “que o recurso oficial é obrigatório, ainda quando a ação fôr de valor inferior a Cr\$ 2.000,00.

Nesta instância, assim se pronunciou o Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral da República:

“Efetivamente, desde que a multa devesse ser aplicada, claro que recairia sobre o vigário faltoso e não sobre o Exmo. Bispo. O fato de não poder o vigário fornecer as listas sem licença de seu Bispo é fato interno, é ocorrência relativa à disciplina eclesiástica a que o vigário estará sujeito e que não interessa, no caso, à Fazenda.

O provimento que fôr dado ao recurso será, segundo nos parece, para que seja anulado o processo, de jeito a ser outro feito contra o real e verdadeiro infrator”.

É o relatório.

VOTO

Da sentença do Juiz — contrária à Fazenda — não houve recurso da parte. Foi o ilustre magistrado quem recorreu de seu ofício, por entender que “o recurso oficial é obrigatório ainda quando a ação fôr de valor inferior a Cr\$ 2.000,00”. E aqui se descerra a primeira questão a ser considerada e solvida nesta instância.

De mim, aceito a tese do Juiz.

O princípio que domina a matéria é, a meu ver, o do art. 53 do Decreto-lei n.º 960, de 17 de dezembro de 1938, que determina recorra o Juiz de ofício, se julgar improcedente a ação da Fazenda.

A dúvida tem surgido por amor do art. 74 do mesmo decreto-lei, *verbis*:

“Nas causas para cobrança de dívida ativa de valor inferior a Cr\$ 2.000,00, só haverá recurso *ordinário* se a Fazenda fôr vencida no todo ou em parte.

Parágrafo único. O Juiz recorrerá de ofício, se a decisão envolver matéria constitucional”.

Têm preclaros colegas entendido que, no caso de se tratar de causa de valor inferior a Cr\$ 2.000,00. Se o réu fôr vencido, nenhum recurso *ordinário* lhe caberá. E eu acedo à conclusão. Se vencedor, poderá a Fazenda recorrer, o que realmente está na lei que, aliás, estabelece aqui odioso desnível entre as partes, com ofensa do sumo princípio da igualdade.

Entendem mais alguns dos eminentes colegas que, se a União fôr a vencida em causa daquele valor, o Juiz somente recorrerá de ofício se a decisão envolver matéria constitucional. *Data venia*, aparto-me dêsse entendimento. Dados os termos generalíssimos do parágrafo único do art. 74, o recurso *ex-officio*, em tais casos, dá-se ainda quando fôr a União a vencedora.

O Juiz recorrerá de ofício, prescreve o parágrafo, sem distinguir se a decisão envolve matéria constitucional.

A natureza da controvérsia, a relevância da decisão que diz com preceitos da lei maior, sobreleva ao interesse pecuniário da União.

Se, entretanto, a decisão não envolver matéria constitucional e fôr a União a vencida, a meu ver, cabe, ainda nessas causas, o recurso oficial.

É que, vencida a Fazenda, cabe recurso ordinário. E o recurso oficial é ordinário, é recurso sucadâneo de ordinário, a que corresponde, como a apelação ou o agravo. É recurso ordinário por similitude.

Nestes termos, preliminarmente, conheço do recurso oficial.

De-meritis:

A defesa do Exmo. Rvmo. Sr. Bispo está em que a Igreja tem personalidade jurídica e a sua lei orgânica, nestes termos, catam os tribunais respeito. E deve, assim, ser observada quando se trata de relação de terceiro com o Bispo, autoridade máxima na diocese. E que, em concílio, deliberaram os Bispos não ser dado ao pároco, sem o plácito episcopal, confiar a terceiros livros paroquiais e documentos do arquivo. O primeiro fundamento dos embargos — o da personalidade jurídica da Igreja — tem a sua procedência proclamada em doutrina copiosa e em um poder de arestos. E, como observa acertadamente o Juiz, “a hierarquia na Igreja é uma necessidade orgânica, como o é em toda comunidade disciplinada e ativa. Se a Igreja se equipara a qualquer sociedade civil no estado leigo, deve-se-lhe reconhecer o mesmo direito concedido a essas sociedades”.

Entende o Juiz e, a meu ver, ainda aqui acertou, que o legislador, no Decreto n.º 1.187, de 4 de abril de 1939, refere-se, de par com os ministros de qualquer religião, a chefes, diretores, gerentes e administradores das sociedades, o que argüi iñtuito de referir-se aos ministros de religião que, por sua hierarquia, estejam, na Igreja, na situação de chefia e de direção.

Mas, no caso, a proibição ao pároco, a que alude o embargante, não era de ministrar informações, senão de “confiar documentos” a terceiros.

Essas informações não envolvem a necessidade da entrega de livros e documentos originais. E como quer que seja, a requisição não foi feita ao Exmo. Sr. Bispo, senão ao Revmo. vigário. Logo, se infração houve, a responsabilidade fiscal há de recair em quem se negou a dar os informes, no Revmo. Vigário, embora levado do dever de obediência ao Bispo e embora este, chefe da diocese, *in spiritualibus, et in temporalibus*, queira assumir aquela responsabilidade.

Parecem-me, em suma, inconcutíveis os fundamentos da sentença recorrida.

Apenas, *data venia*, o seu remate não se aliança às premissas aceitas. A conclusão que elas encerram é a de carência e não de improcedência da ação contra o Revmo. Sr. Bispo.

Com essa alteração, nego provimento.

VOTO

O Sr. Ministro Goulart de Oliveira — Sr. Presidente, não conheço do recurso. No mérito, estou de acôrdo com o Sr. Ministro Relator.

VOTO

O Sr. Ministro Valdemar Falcão — Sr. Presidente, voto de acôrdo com o Sr. Ministro Relator.

VOTO

O Sr. Ministro Bento de Faria — Sr. Presidente, não conheço do recurso *ex-officio*. No mérito, estou de acôrdo com o Sr. Ministro Relator.

VOTO

O Sr. Ministro José Linhares (Presidente) — Voto de acôrdo com o Sr. Ministro Relator.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Tomaram conhecimento do recurso, contra os votos dos Exmos. Srs. Ministros Goulart de Oliveira e Bento de Faria, e negaram-lhe provimento, unânimemente.